

MOÇÃO

Por um PROT ao serviço da região

Portugal tem de assumir uma política nacional de Desenvolvimento Regional que combata as crescentes assimetrias regionais e proporcione um desenvolvimento equilibrado do todo regional. A criação das Regiões Administrativas, um imperativo Constitucional sucessivamente adiado pelos governos PS, PSD e CDS-PP, é de todo fundamental para a prossecução desse objectivo. Os sucessivos governos de direita e centro-direita, numa lógica servil dos grandes interesses económicos e da evolução do capitalismo, têm vindo a adiar uma política nacional de desenvolvimento regional essencial a um correcto Ordenamento do Território.

O Alentejo tem de ser encarado como uma região una e diversa, assente nas suas características únicas e em particular no seu espaço geográfico que permite dispor de uma dimensão territorial e de uma massa crítica capaz de um desenvolvimento sustentado com uma maior afirmação no contexto nacional e da União europeia.

O Alentejo precisa de um Plano de Desenvolvimento da Região que, mais que diagnosticar os problemas, proponha uma estratégia de desenvolvimento regional com programas, objectivos e metas concretas que permitam ultrapassar os atrasos estruturais que ao longo dos anos lhe têm sido impostos. A opção não foi essa, antes pelo contrário, segue a lógica dos interesses dos grandes grupos económicos, a concentração no litoral. Infelizmente, não se configura a breve trecho a elaboração de um verdadeiro Plano de Desenvolvimento do Alentejo, nem a institucionalização das Regiões Administrativas com as graves consequências que daí advêm para o desenvolvimento da região.

O PROT Alentejo, tal como está concebido, aponta para a desresponsabilização do Estado, sendo mais um instrumento impositivo do que um contributo para o desenvolvimento da Região. Lembra-se que o parecer final da CMC apontou um conjunto de fragilidades mas também um conjunto de propostas, as quais não tiveram acolhimento no documento final.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Serpa, reunida a 30 de Abril delibera:

- 1. Chamar à atenção para que as mais de 160 propostas apontadas no documento da CMC, ainda sejam consideradas;**
- 2. O PROT Alentejo não responde às necessidades de desenvolvimento da Região, fomenta o abandono do espaço e das zonas rurais, penaliza a pequena propriedade privada, não apresenta qualquer preocupação com o equilíbrio inter-regional, não compatibiliza o ambiente com a presença humana;**
- 3. Este PROT não serve o Alentejo. O Alentejo precisa de uma ruptura com as políticas de direita, precisa de uma política que aposte num desenvolvimento integrado e sustentado em que o homem e não o lucro, seja o centro. Um Alentejo em que os seus naturais e todos aqueles que o escolheram possam trabalhar e viver com uma qualidade de vida única.**
- 4. Repudiar as manobras do Governo e da CCDRA para imporem a adaptação dos PDM ao PROT Alentejo, procurando com esta manobra alterar o papel dos PDM, pois estes são mais favoráveis ao cidadão que aqueles.**
- 5. A manter-se a actual versão do PROT Alentejo este deve ter a oposição das Câmaras Municipais recusando estas dar o seu aval a um documento que não defende a região e os seus interesses.**

Moção apresentada pela CDU e aprovada, por maioria, com 9 votos contra do PS e PSD e 18 votos a favor da CDU e BE.